

34º edital de convocação



PPP-ECOS PAISAGENS
PRODUTIVAS
ECOSSOCIAIS

Edital Cerrado e Caatinga



**CHAMADA PARA PROJETOS ESTRATÉGICOS NAS PAISAGENS PRIORITÁRIAS DA
SÉTIMA FASE OPERACIONAL DO PPP-ECOS/GEF**

Valor total do Edital US\$ 600 mil

Prazo para envio de propostas:

12/07/2022





34° EDITAL

PPP-ECOS - PROMOÇÃO DE PAISAGENS PRODUTIVAS ECOSSOCIAIS

CHAMADA PARA PROJETOS ESTRATÉGICOS NAS PAISAGENS PRIORITÁRIAS

DA SÉTIMA FASE OPERACIONAL DO PPP-ECOS/GEF

Prazo final para apresentação de propostas	12/07/2022
Valor total do Edital	US\$ 600 mil

Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN
SHCGN CLR Quadra 709 Bloco "E" Loja 38, CEP 70.750-515, Brasília-DF
Brasília/DF: (61) 3327-8085
Santa Inês/MA: (98) 3653-9783
www.ispn.org.br
instituto@ispn.org.br



PPP-ECOS PAISAGENS
PRODUTIVAS
ECOSSOCIAIS

Sumário

Sumário	3	
1. Apresentação	5	
2. Objetivos e temas do Edital	6	
3. Paisagens prioritárias	7	
4. Recursos do Edital	7	
5. Metodologia de seleção dos projetos	8	
6. Elegibilidade	9	
7. Critérios de seleção	10	
8. Composição do orçamento do projeto	11	
8.1 Contrapartida		11
8.2 Itens financiáveis		12
8.3 Itens não-financeiáveis		12
9. Responsabilidades financeiras, técnicas e ambientais	13	
10. Apresentação da proposta	13	
10.1 Prazos do processo seletivo do PPP-ECOS		14
11. Procedimentos de contratação e liberação dos recursos	14	
12. Monitoramento	15	
ANEXO A - Roteiro para apresentação de propostas	16	
Anexo 1. Plano de Trabalho	23	
Anexo 2. Indicadores do Projeto	24	
Anexo 3. Orçamento do Projeto	26	
Anexo 4. Cronograma de Atividades	27	
ANEXO B - Estratégia de Paisagens do Projeto “Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS no Brasil”	33	
ANEXO C - Mapa da área de abrangência das paisagens	44	

Lista de siglas

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CGN - Comitê Gestor Nacional do PPP-ECOS

CT - Câmara Técnica

CTA - Coordenação Técnico-Administrativa do PPP-ECOS

FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza

ONG - Organização não governamental

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PPP-ECOS - Paisagens Produtivas Ecosociais

PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SGP - Small Grants Programme

1. Apresentação

O ISPN é um centro de pesquisa e documentação independente, brasileiro, sem fins lucrativos, fundado em abril de 1990 e sediado em Brasília. Tem como missão contribuir para viabilizar a equidade social e equilíbrio ambiental, com o fortalecimento de meios de vida sustentáveis e estratégias de adaptação às mudanças do clima. O Instituto atua no campo ecossocial, com foco no desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, povos indígenas e suas organizações. Busca contribuir para a democratização do acesso a conhecimentos, informações e recursos financeiros de forma adaptada à realidade e às necessidades desse público, assim como incentiva o fortalecimento da relação entre pesquisadores, gestores públicos e comunidades. Para maiores informações acessar o site www.ispn.org.br.

O PPP-ECOS é um mecanismo de apoio a projetos para a promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais. Desta forma, concede doações a associações sem fins lucrativos e cooperativas constituídas que tenham caráter não governamental e/ou de base comunitária para a implementação de ações que gerem benefícios socioambientais. O PPP-ECOS enfoca nas interações entre comunidades tradicionais, agricultores familiares e populações indígenas e o meio ambiente, com ênfase na promoção de modos de vida sustentáveis que contribuam com benefícios sociais e ambientais, conforme os acordos internacionais e políticas nacionais. Desde 1994, o PPP-ECOS recebe o apoio do Small Grants Programme (SGP), programa do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) implementado por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e, a partir de 2012, de outros doadores como o Fundo Amazônia, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Laudes Foundation, União Europeia e USAID.

O presente edital se insere no contexto da Sétima Fase Operacional do Small Grants Programme no Brasil e conta com recursos advindos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial - GEF. O Projeto “Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS” é executado pelo ISPN em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O projeto tem por objetivo promover **resiliência social, econômica e ecológica** em paisagens nos biomas **Cerrado e Caatinga** por meio de atividades de **base comunitária** que geram benefícios ambientais globais e desenvolvimento rural sustentável.

Neste contexto, o PPP-ECOS está atuando com quatro paisagens prioritárias onde serão apoiados quatro projetos estratégicos e cerca de 10 projetos (pequenos projetos e projetos de consolidação) junto a iniciativas de base comunitária e organizações de assessoria que trabalharão de forma coordenada e complementar visando ampliar a resiliência ecossocial de cada paisagem, a partir das ações e temas prioritários previstos nos documentos de Estratégias de Paisagem. As Estratégias de Paisagem são documentos que foram elaborados de forma participativa durante a preparação do Projeto “Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS” em 2019 e atualizados em março e abril de 2022 por meio de oficinas presenciais e participativas. O resumos das Estratégias de Paisagem está disponível no Anexo B.

Uma ferramenta importante que será estimulada pelo projeto é o estabelecimento de uma plataforma de governança multissetorial em cada paisagem-alvo com os seguintes objetivos:

- proporcionar um canal de comunicação e engajamento com os diversos atores sociais e institucionais da paisagem;
- apoiar o estabelecimento de redes de organizações locais e regionais para troca de conhecimento e aumento da capacidade de influenciar políticas públicas relevantes;
- promover a defesa dos direitos territoriais das comunidades tradicionais, agricultores familiares e mulheres trabalhadoras agrícolas;
- fortalecer organizações locais para melhor governança, capacidade técnica e participação social e aumento da capacidade de acesso e influência de políticas públicas relevantes;
- promover processos participativos de tomada de decisão;
- promover estratégias de desenvolvimento de cadeias de valor para produtos da sociobiodiversidade do Cerrado e da Caatinga;
- proporcionar um fórum para apresentação, discussão e divulgação dos resultados do projeto.

A priorização das propostas para seleção e o estabelecimento de diretrizes gerais para o PPP-ECOS conta com o apoio do Comitê Gestor Nacional (CGN) do PPP-ECOS, que é composto por representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e da academia. Para mais informações acesse o nosso site: ispn.org.br

• **2. Objetivos e temas do Edital**

Esse edital visa apoiar quatro instituições (entre associações sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas) para desenvolverem os projetos estratégicos nas quatro paisagens prioritárias da Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS/GEF, afim de promover **paisagens resilientes que geram desenvolvimento sustentável e conservação ambiental**. Os projetos devem dialogar com as ações previstas no documento de Estratégias de Paisagem (Anexo B) e com a estratégia de implementação do PPP-ECOS/GEF, para:

- Gerar sinergias entre as demais organizações da paisagem que serão apoiadas pelo PPP-ECOS com o objetivo de construir resiliência ecológica, social e econômica de longo prazo;
- Apoiar as demais organizações da paisagem que serão apoiadas pelo PPP-ECOS na elaboração das propostas, gestão de seus projetos e na implementação das atividades de maneira articulada objetivando ampliar a resiliência da paisagem;
- Apoiar as demais organizações da paisagem que serão apoiadas pelo PPP-ECOS no monitoramento de seus indicadores e resultados;
- Implementar as ações estratégicas priorizadas nas oficinas realizadas em 2019 e 2022 em cada paisagem;
- Oferecer, facilitar e/ou articular processos de capacitação, seminários, oficinas e intercâmbios;
- Trabalhar para ampliar os mercados para os produtos da sociobiodiversidade encontrados na paisagem;
- Articular, apoiar e animar uma plataforma de governança com multi-atores, ou rede em cada paisagem, conforme os objetivos explicitados acima;

- Promover a disseminação dos resultados da ação na paisagem para outros públicos;
- Garantir o enfoque de gênero em todas as ações realizadas pelo projeto na paisagem conforme o Plano de Ação de Gênero, disponível em <https://ispn.org.br/analise-e-plano-de-acao-de-genero-gef-7/>.

● **3. Paisagens prioritárias**

Para o presente Edital, quatro paisagens são elegíveis. Estas paisagens foram definidas pelo Comitê Gestor Nacional como paisagens prioritárias da Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS a partir de critérios previamente estabelecidos. Serão apoiadas duas paisagens no Cerrado e duas paisagens na Caatinga (consultar os mapas do Anexo C com as áreas de abrangência do projeto), a saber:

Bioma Cerrado

Cerrado do oeste baiano, BA - municípios de Correntina, Jaborandi, Coribe, Cocos e Santa Maria da Vitória, nas sub-bacias do rio Arrojado, rio do Meio, Correntina e Formoso.

Alto Vale do Jequitinhonha, MG - nos municípios de Veredinha e Turmalina nas sub-bacias do rio Itamarandiba e rio Fanado.

Bioma Caatinga

Alto Rio Poti, PI - Alto Rio Poti, PI - nos municípios de Pedro II, Juazeiro do Piauí e Milton Brandão nas sub-bacias do rio Capivara e Parafuso.

Sertão do Pajeú, PE - municípios de Carnaíba, Afogados da Ingazeira, Tabira, Serra Talhada, Triunfo, Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, Mirandiba e São José do Egito.

4. Recursos do Edital

O recurso previsto para apoio a projetos neste edital é de **US\$ 600.000,00 (seiscentos mil dólares), equivalente a aproximadamente R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais)**. O recurso advém do Fundo para o Meio Ambiente Mundial - GEF, por meio do Projeto BRA20G31 - "Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS" implementado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Edital irá apoiar até quatro projetos estratégicos, cujos orçamentos máximos serão de US\$ 150.000,00, ou seja, cerca de R\$ 750.000,00.

Observações:

1. O Comitê Gestor Nacional (CGN) poderá aprovar projetos com redução ou acréscimo do montante solicitado, sem extrapolar o teto por projeto;
2. Cada organização poderá encaminhar apenas um projeto.

5. Metodologia de seleção dos projetos

A metodologia de seleção do PPP-ECOS visa conduzir um processo de seleção transparente e justo para todos os concorrentes, com agilidade e minimizando o tempo exigido aos membros do Comitê Gestor Nacional (CGN). Essa metodologia permite realizar a seleção de forma expedita conforme a estratégia nacional do PPP-ECOS.

O processo de seleção dos projetos ocorre em três etapas distintas:

1. Recepção dos projetos e triagem
2. Análise da Câmara Técnica (CT)
3. Seleção final realizada pelo Comitê Gestor Nacional (CGN)

Etapla 1: Recepção dos projetos e triagem

É feita pelo ISPN, na condição de Coordenação Técnico-Administrativa do PPP-ECOS (CTA). Os projetos submetidos ao edital são recebidos pelo ISPN, que os numera sequencialmente, de acordo com a ordem de chegada.

A equipe do ISPN verifica critérios básicos de elegibilidade e enquadramento dos projetos: localização, área temática, documentação enviada, prazo de envio, entre outros. Ao final dessa etapa, os projetos são distribuídos tematicamente para os membros da Câmara Técnica.

Etapla 2: Análise da Câmara Técnica (CT)

O objetivo da Câmara Técnica é analisar tecnicamente os projetos recebidos e apoiar o CGN em sua análise e seleção final dos projetos. Neste edital a CT será composta pela equipe técnica do ISPN.

Etapla 3: Realização da reunião do Comitê Gestor Nacional (CGN)

O CGN é a instância consultiva e deliberativa do Programa. As organizações que compõem o CGN são:

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Rede Cerrado

- Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS)
- Representantes da Academia:
 - a. Especialista em Biodiversidade
 - b. Especialista em Clima
 - c. Especialista em Gênero
 - d. Especialista em Povos Indígenas

A seleção final é realizada pelo CGN com base numa lista de projetos pré-selecionados pela Câmara Técnica (CT). A decisão do CGN é lavrada em ata, que subsidiará o ISPN no processo de tramitação dos contratos. Ao fim desse processo de seleção, o ISPN comunica por e-mail todas as organizações que apresentaram projetos sobre o resultado e o torna público pelo seu site e mídias sociais.

Para os projetos selecionados, o ISPN elabora o Contrato, que é o documento oficial que prevê o repasse de recursos às organizações. Os projetos selecionados serão contratados, após a realização da **Oficina de Planejamento e Capacitação Inicial**, que é obrigatória para todas as organizações. Nesta oficina as organizações beneficiárias serão capacitadas para gestão do projeto e possíveis adequações/recomendações solicitadas pelo CGN serão tratadas com cada organização.

6. Elegibilidade

O atendimento aos seguintes critérios de elegibilidade é obrigatório para que os projetos possam participar do processo de seleção:

- A. Os objetivos e ações do projeto devem estar alinhados aos temas e ações propostos nas Estratégias de Paisagem, conforme Anexo B;
- B. Os projetos devem ser executados nas paisagens definidas como prioritárias para o projeto, conforme exposto no item 3.
- C. Os proponentes devem ser associações sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas constituídas há, pelo menos, dois (2) anos.
- D. O Cronograma de Execução das atividades do projeto não pode ultrapassar **36 meses de execução**.
- E. Os projetos devem atender o limite orçamentário solicitado de US\$ 150 mil, ou aproximadamente R\$ 750 mil.
- F. Os projetos devem apresentar toda a documentação legalmente exigida conforme a sua natureza. Os documentos são exigidos no ato da inscrição no processo seletivo (as cópias dos documentos exigidos não necessitam de autenticação):
 - i. Cópia da ata de criação da entidade beneficiária devidamente registrada no cartório competente;
 - ii. Cópia do estatuto da entidade beneficiária devidamente registrado em cartório competente;

- iii. Cópia da ata de nomeação dos administradores da entidade devidamente registrada no cartório competente;
- iv. Cópia do registro de CNPJ regular da entidade;
- v. Cópia do CPF e RG dos representantes legais da entidade.;

Não são elegíveis organizações governamentais, empresas privadas, pessoas físicas, igrejas, clubes, associações de funcionários públicos, instituições de pesquisa ou outras organizações cujo objeto social não se enquadre no objetivo da chamada pública.

Devido à pandemia da COVID 19, serão priorizados projetos que sigam protocolos preventivos contra a transmissão da Covid-19.

7. Critérios de seleção

A seguir, encontram-se listados os critérios que serão utilizados pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) para selecionar as propostas. Para melhor se posicionarem neste processo seletivo, dentro de uma visão estratégica, é desejável que os projetos:

- A. Beneficiem agricultores familiares, comunidades locais, tradicionais ou indígenas;
- B. Demonstrem a viabilidade dos objetivos e sua capacidade de gerar resultados concretos nos prazos previstos e com os recursos disponíveis, atendendo os objetivos do edital;
- C. Sejam apresentados de forma concisa, buscando facilitar a compreensão da proposta, evidenciando o problema, os objetivos, os produtos e os impactos esperados, no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos;
- D. Promovam a inclusão social, inclusive racial e étnica, buscando abordar questões de gênero e juventude;
- E. Prevejam articulação local com autoridades governamentais, outros grupos da sociedade civil e o setor privado, visando ganho de escala e incidência em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, acesso e conservação de água, gestão sustentável da paisagem, principalmente por meio da animação de uma plataforma de governança com multi-atores;
- F. Levem em conta as normas ambientais, sanitárias, fiscais (comerciais, tributárias e civis) e critérios técnicos e/ou científicos e outros relevantes para a execução dos projetos, se for o caso;
- G. Para projetos que envolvam acesso a recursos genéticos e conhecimento tradicional associado, respeitem normas legais e princípios éticos relacionados, bem como a repartição dos benefícios;
- H. Para projetos que envolvem comercialização: prever formas realistas de inserção dos produtos no mercado;
- I. Prevejam contrapartida não financeira e, quando cabível, contrapartida financeira;
- J. Prevejam a ampla divulgação dos resultados a públicos apropriados com a devida previsão orçamentária;
- K. Atendam as regulamentações sanitárias para a prevenção da disseminação do Covid-19;
- L. Demonstrem valor de contribuição para os indicadores do PPP-ECOS, a saber:
 - (a) áreas de ecossistemas naturais sob manejo sustentável;
 - (b) áreas de sistemas agrícola e pecuários com práticas de manejo sustentável implementadas;
 - (c) número de membros da comunidade com capacidades ampliadas sobre práticas agrícolas, gestão de territórios e águas;

- (d) áreas degradadas em processo de recuperação;
- (e) emissões de carbono evitadas
- (f) número de famílias diretamente beneficiadas

M. Apresentem soluções para lidar com as problemáticas relacionadas às mudanças no clima no Cerrado no contexto de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;

8. Composição do orçamento do projeto

Para todos os projetos devem ser observados os seguintes critérios orçamentários.

1. O financiamento de projetos poderá incluir despesas com **remuneração de pessoal, desde** que as atividades remuneradas estejam ligadas diretamente ao projeto, mas **recomenda-se** que tais despesas, incluindo os encargos obrigatórios e os benefícios, **não ultrapassem 40%** do valor financiado pelo PPP-ECOS.
2. É considerada **despesa de pessoal** a prestação de serviço remunerado continuado, com pessoalidade e subordinação, por profissional com dedicação ao projeto. Serviços pontuais, limitados no tempo do projeto, como capacitações, monitorias e ou consultorias, não são consideradas despesas com pessoal e se enquadram na categoria serviços de terceiros.
3. São considerados **custos administrativos** as despesas com água, luz, aluguel, comunicação, serviços contábeis, taxas bancárias da conta associada ao projeto, despesas com deslocamento local para atividades administrativas, custos cartoriais e despesas com correspondências relacionadas à execução do projeto. **Os custos administrativos não devem ultrapassar o limite de 15% do valor solicitado ao PPP-ECOS.**

8.1 Contrapartida

Todas as propostas submetidas no âmbito do edital deverão apresentar recursos de contrapartida em um montante mínimo de **20% (vinte por cento)** sobre o valor solicitado ao PPP-ECOS.

Os projetos devem informar as contrapartidas financeiras (recursos financeiros advindos de outras fontes complementares ao projeto PPP-ECOS, por meio de projetos ou outras formas) e/ou contrapartidas não financeiras (bens e serviços que serão disponibilizados ao projeto pela entidade proponente e/ou parceiros), as quais devem ser mensuráveis economicamente.

Os recursos de contrapartida poderão ser advindos de outras organizações com parceria formalizada para a execução do projeto.

A contrapartida pode ser na forma de recursos financeiros e não financeiros. Veja exemplos de contrapartida:

- **Recursos Financeiros:** são recursos provenientes do próprio proponente, organização parceira ou de outra fonte, que serão alocados em atividades do projeto. Os gastos devem ser comprovados e apresentados junto à Prestação de Contas.

Exemplos: Contratação de Pessoal, Prestação de Serviços, Aquisição de Material de Consumo, Equipamentos etc., desde que no período do projeto e com recursos de outras fontes.

- **Recursos Não Financeiros:** são recursos que serão alocados nas atividades do projeto sem comprovação de gastos. Os gastos devem ser mensurados e declarados na prestação de contas. Exemplos: Trabalho Voluntário (inclusive mutirões, atividades de secretaria em reuniões, ATER e outros), Cessão de Infraestrutura e Equipamentos (agrícolas, de informática, veículos etc.) de acordo com o tempo de uso nas atividades do projeto, Alimentos (fornecidos pelos beneficiários dos projetos e consumidos durante atividade).

8.2 Itens financiáveis

- Aquisição de equipamentos de proteção individual, como máscaras e álcool
- Aquisição de alimentos
- Despesas com pessoal ligado diretamente ao projeto;
- Assistência técnica e consultorias;
- Custos diversos relacionados a atividades de capacitação e intercâmbios;
- Comunicação e divulgação das atividades do projeto;
- Publicações;
- Equipamentos eletrônicos e de comunicação;
- Ferramentas, maquinários e insumos para produção agroecológica e extrativista;
- Materiais de consumo, como combustível, material de escritório, entre outros;
- Obras;
- Estudos com aplicação prática e em curto prazo;
- Custos administrativos.

8.3 Itens não-financeiáveis

- A utilização de recursos para verbas de representação por participação em reuniões;
- Pagamento de direitos autorais;
- Pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores e funcionários públicos;
- A aquisição de imóveis e desapropriações;
- Compra de armamentos;
- Taxa de administração (este item é diferente de custos administrativos, que são descritos em detalhe no item 7.2);
- Pagamento de dívidas;
- Impostos e taxas, com exceção dos diretamente relacionados ao projeto;
- Atividades que promovam interesses partidários ou eleitoreiros;

- Compra de agrotóxicos e insumos agrícolas de natureza química (a não ser que justificados dentro de ações de recuperação ambiental ou controle de espécies indesejadas para as quais outros métodos tenham se mostrado inviáveis);
- Atividades que promovam desenvolvimento sem a devida atenção às questões ambientais e sociais;
- Projetos individuais ou que não possuam natureza comunitária;
- Bolsas de estudo e pesquisas acadêmicas não diretamente relacionadas ou necessárias à implementação do projeto;
- Projetos governamentais ou de partidos políticos.

9. Responsabilidades financeiras, técnicas e ambientais

As entidades cujos projetos forem selecionados se comprometem a participar de capacitação em gestão de projetos, de eventos e seminários, sempre que convidadas pelo ISPN. Em especial, se comprometem a contribuir com os processos de monitoramento e avaliação de impactos e resultados de seu projeto individual e do conjunto de projetos apoiados, com vistas à elaboração de instrumentos de medição e avaliação de resultados do conjunto dos Projetos Ecosociais apoiados no âmbito do edital.

As entidades que tiverem seus projetos aprovados se comprometerão (em contrato) a realizar prestações de contas periódicas, conforme as regras do PPP-ECOS e do GEF e PNUD. Caso a prestação de contas não seja realizada, ou não esteja em conformidade com as regras (conforme orçamento e plano de trabalho aprovados), o projeto poderá ser suspenso ou cancelado e a entidade responsabilizada administrativa e/ou judicialmente.

As entidades proponentes se comprometem a não permitir a sobreposição de fontes no pagamento de um mesmo item de despesa, a menos que seja o caso de rateamento de fração do serviço utilizado por mais de um projeto da entidade.

Os projetos financiados poderão ser auditados de acordo com os procedimentos do PPP-ECOS. Para tanto, a proponente deverá disponibilizar ao auditor responsável o acesso aos registros e documentos originais pertinentes ao projeto, os quais devem ser guardados em local adequado, por cinco anos após o final do projeto.

Os produtos e resultados dos projetos financiados pelo PPP-ECOS são, desde já, considerados de domínio público, porém, nos casos de envolvimento de conhecimento tradicional associado, considera-se a reserva de direito e/ou registro, sendo a Anuência Prévia e Informada uma ferramenta fundamental para qualquer tipo de acesso ao referido conhecimento.

Qualquer utilização de informação, foto ou material gráfico obtido por meio das atividades do Programa deverá conferir o devido crédito ao PPP-ECOS e seus financiadores, utilizando as devidas logomarcas.

10. Apresentação da proposta

A **data e horário limite** para apresentação de projetos em resposta ao presente Edital é **23:59h (horário de Brasília) do dia 12 de julho de 2022**. Não haverá prorrogação do prazo.

As propostas para este edital deverão ser submetidas por meio da plataforma Welight. **Para acessar a plataforma clique no link: [Welight](#)**. A submissão do projeto deve seguir **rigorosamente** todas as questões do formulário da plataforma, apresentadas também no **Anexo A deste edital**. O ISPN não se responsabiliza por problemas de conexão de internet, para evitar problemas, aconselhamos que não deixe para a última hora.

Não serão aceitos projetos enviados por e-mail, correio ou entregues pessoalmente.

No caso de **dúvidas** ou **problema** para submeter a proposta na plataforma, por favor, entre em contato pelo e-mail edital34@ispn.org.br.

O **resultado** do processo de seleção será divulgado no **site do ISPN** (ispn.org.br).

10.1 Prazos do processo seletivo do PPP-ECOS

Fases da Seleção	Prazos
Lançamento do edital	23 de maio de 2022
Prazo final para envio de propostas	12 de julho de 2022
Reunião do CGN	agosto de 2022
Divulgação do resultado	31 de agosto de 2022

11. Procedimentos de contratação e liberação dos recursos

Após a seleção, o ISPN enviará e-mail ao proponente informando o resultado e as orientações para a efetivação do contrato.

No momento da celebração do contrato entre a entidade beneficiária e o ISPN, quando cabível, serão exigidos os originais dos documentos citados em **Elegibilidade (item 6.F)** deste edital.

O montante aprovado pelo CGN será repassado em pelo menos três (3) parcelas. A primeira parcela será liberada após a assinatura do contrato, e as demais parcelas após a aprovação de relatórios de projeto, que incluem o envio das cópias dos comprovantes de despesa e relato das atividades já realizadas.

Pelo menos dois representantes de cada projeto deverão participar de uma **Oficina Inicial de Planejamento e Capacitação**.

Durante a Oficina de Capacitação e Planejamento, os beneficiários serão orientados sobre as regras de prestação de contas do PPP-ECOS e quanto ao preenchimento dos seguintes documentos: formulários de cronograma de execução e indicadores; Plano de Trabalho e Orçamento revisados; Contrato de doação (MOA) e roteiros para apresentação de relatórios.

12. Monitoramento

O monitoramento e a avaliação dos projetos cabem em primeiro lugar, ao proponente, entidades parceiras e ao conjunto das organizações sociais no qual o projeto está inserido; em segundo lugar, ao ISPN, enquanto Coordenação Técnico-Administrativa (CTA).

A proponente, com o apoio das organizações parceiras (caso existam), deve apresentar os relatórios de projeto, composto pela descrição das atividades e gastos já realizados. A não apresentação destes relatórios, bem como a não aplicação dos recursos nas atividades previstas no projeto, determina o bloqueio de recursos. Ao final da execução do projeto, a entidade deve apresentar um relatório final, conforme consta do Memorando de Acordo, que será firmado entre as partes no caso de o projeto ser selecionado.

O monitoramento dos projetos aprovados será feito pelo ISPN e parceiros ou de entidades/consultores designados. Neste sentido, deverá ser franqueado, igualmente, acesso de terceiros por ele designados, para fins de avaliação e monitoramento dos resultados e impactos dos projetos.

Outras informações sobre o PPP-ECOS e suas fontes de financiamento estão disponíveis no endereço eletrônico ispn.org.br, assim como as versões deste edital e do roteiro para apresentação de Projeto.

Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas por telefone ou e-mail do ISPN, por meio dos seguintes contatos: (61) 3327-8085 e e-mail edital34@ispn.org.br

ANEXO A - Roteiro para apresentação de propostas

Instruções importantes:

Para a utilização correta deste roteiro, é necessária a leitura cuidadosa do 34º Edital de Convocação PPP-ECOS/GEF. **Para a submissão completa do projeto, o proponente deve seguir todas as questões deste roteiro e preencher cada uma dentro do formulário da plataforma.** É fundamental fornecer explicações quantitativas e qualitativas suficientes para o julgamento adequado do projeto. Para acessar a plataforma clique no link: <https://bit.ly/3wmXgmK>

No caso de **dúvidas** ou **problema** para submeter a proposta na plataforma, por favor, entre em contato pelo e-mail edita134@ispn.org.br, ou acesse a guia de dúvidas e perguntas frequentes clicando no link: <https://ispn.org.br/ppp-ecos-34oedital-cerrado-e-caatinga-guia-de-duvidas-e-perguntas-frequentes/>.

Alguns documentos deverão ser preenchidos separadamente e depois anexados ao formulário da plataforma, são eles:

- Plano de Trabalho (Anexo 1). Acesse o link: <https://bit.ly/3sSEgui>
- Indicadores do Projeto (Anexo 2). Acesse o link: <https://bit.ly/3NxEkaA>
- Orçamento do Projeto (Anexo 3). Acesse o link: <https://bit.ly/3yUr63y>
- Cronograma de Atividades (Anexo 4). Acesse o link: <https://bit.ly/38luDra>
- Documentos da organização proponente (confira quais são no item 6.F do edital).

Parte 1.

Resumo do projeto

1. Nome do projeto
2. Resumo do projeto
3. Valor solicitado ao PPP ECOS para o projeto em Reais (R\$) sem o valor da contrapartida
4. Duração do projeto (máximo de 36 meses)
5. Nome da pessoa responsável por este projeto
6. E-mail da pessoa responsável pelo projeto

Informações sobre a organização proponente

A organização proponente deve estar regularizada e será a responsável legal pelo projeto.

7. Logo da ong (com fundo branco ou transparente)
8. Nome da organização
9. Razão social

10. Endereço

11. CEP

12. Cidade

13. Estado

14. País

15. Telefone

16. E-mail

17. Site

18. Outros contatos

19. Data de fundação da organização conforme ata registrada em cartório

20. Tipo de organização (associação sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas)

21. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

22. Nome e cargo da pessoa responsável pela organização

23. Nome(s) e cargo(s) de outras pessoas com poderes legais

Atuação da organização proponente

24. Objetivos da organização

25. Quais são as principais fontes de recursos, nacionais e internacionais, que apoiam ou já apoiaram a organização? Especifique as principais fontes e respectivos valores e datas (aproximadamente)

26. A organização já recebeu apoio direto ou indireto do PPP-ECOS? Caso sim especifique o valor e o período

27. Como é a Estrutura de Gestão da Organização? (Refere-se à forma de liderança da organização, que pode incluir a constituição do conselho diretor, assembleia geral, conselho fiscal e/ou oficial executivo principal; também indicar como as decisões são feitas, frequência de reuniões, etc.)

28. Indique organizações ou pessoas que possam fornecer referências sobre a organização

Documentos da organização proponente

29. Ata de Fundação

30. Estatuto

31. Última ata

32. Cópia do registro de CNPJ regular da entidade

34. Cópia do CPF e RG dos representantes legais da entidade

Parte 2

Informações do projeto

35. Local de execução do projeto (nome(s) do(s) território(s), município(s), distrito(s), e/ou localidades(s))

36. Localização (mapa)

37. Nome do local

38. Rua

39. Número

40. Complemento

41. CEP

42. Município

43. Estado

44. País

45. Quais comunidades ou grupos serão beneficiados diretamente pelo projeto? Quantas famílias?

Descrição do projeto

46. Objetivo geral (o que o projeto ajudará a conseguir?)

47. Objetivos específicos (o que o projeto conseguirá de forma concreta?)

48. Faça uma breve descrição sobre a atuação da entidade proponente com o público beneficiário do projeto no contexto da realidade da paisagem em que o projeto se insere

49. Quais os principais problemas que o projeto pretende atuar? Demonstre por que a solução proposta é importante/relevante, ou seja, por que o projeto contribui para o enfrentamento destas questões?

50. Descreva as mudanças mensuráveis que serão alcançadas ao final do projeto como resultado das intervenções

51. Descreva as principais atividades propostas e como elas serão realizadas para que o projeto contribua para melhoria do contexto descrito anteriormente

52. Como será o monitoramento do projeto para que possam medir os resultados?

53. Detalhe a equipe técnica envolvida no projeto. Como serão remunerados?

54. Qual foi a participação dos beneficiários diretos na elaboração deste projeto?

55. Como as mulheres, jovens e idosos se inserem na implementação do projeto?

56. O projeto contribui para a redução de lacunas de gênero em uma ou mais das seguintes categorias?

a) Ampliar o controle e acesso igualitário aos recursos naturais

b) Melhorar a participação e a tomada de decisão das mulheres na governança de recursos naturais

c) Geração de benefícios e serviços socioeconômicos para mulheres

57. De que forma contribui para reduzir as lacunas de gênero?

Dados complementares do projeto

58. Há normas específicas de ordem sanitária, ambiental, fiscal e/ou indigenista que se aplicam ao projeto? Caso sim especifique como serão atendidas

59. Se o projeto pretender realizar atividades de capacitação, forneça mais informações sobre o conteúdo das mesmas, quem participará e quem ministrará
60. Se o projeto prever assistência técnica, descreva como ela será atendida e quem comporá a equipe técnica. Anexe os currículos ou os perfis dos técnicos, se for o caso
61. Qual a cooperação/parceria prevista dos governos municipal, estadual e federal, de outras organizações não governamentais e do setor privado? Quantifique e detalhe os apoios citados
62. Quais são os riscos internos e externos que podem impedir que o projeto alcance seus resultados? Quais as medidas preventivas que podem ser tomadas?
63. Como será garantida a sustentabilidade das ações e resultados atingidos com este projeto após sua conclusão?
64. Descreva se o projeto inclui alguma inovação, que pode ser uma nova metodologia, técnica, abordagem, aprimoramento em produtos ou serviços já existentes, produtos novos, etc.
65. Descreva como pretendem capturar, compartilhar e disseminar os conhecimentos, lições aprendidas e boas práticas adquiridas através da implementação do projeto
66. Por favor, especifique os produtos de conhecimento a serem gerados por este projeto
67. Como serão divulgados os resultados do projeto para que possa alcançar outros públicos? Há recursos suficientes? (Deverão ser previstos os recursos necessários)

Anexos do projeto

Plano de trabalho

68. Preencha o **Plano de Trabalho** (Anexo 1), identificando os objetivos específicos (melhorias e mudanças produzidas pelas atividades). A estes objetivos específicos devem estar associadas atividades e indicadores que demonstram a realização das atividades (indicadores de desempenho). Devem ser definidos os responsáveis pelas atividades e prazos para sua realização. Basta baixar o modelo do Plano de Trabalho no link abaixo, preencher, e carregar o arquivo novamente. Caso necessário, novas linhas podem ser incluídas na tabela

Clique no link para acessar o Anexo 1 - Plano de Trabalho: <https://bit.ly/3sSEgui>

Insira aqui o documento Plano de Trabalho preenchido

Indicadores do Projeto

69. Apresente os **indicadores do Projeto** (Anexo 2), de acordo com os objetivos específicos apresentados no Anexo 1 - Plano de Trabalho. Indique na tabela o marco inicial para os principais indicadores que deverão ser monitorados e a previsão quantitativa (meta) dos impactos que devem ser alcançados no final do projeto. O marco inicial se refere à situação existente no início do projeto (situação atual). Os indicadores devem ser apresentados em **valores numéricos**.

Caso o projeto não contribua com algum indicador, por favor, escreva: “não se aplica”

Clique no link para acessar o Anexo 2 - Indicadores do Projeto: <https://bit.ly/3NxEkaA>

Insira aqui o documento com os indicadores do projeto preenchido

Orçamento e Memória de Cálculo

70. Detalhe o **Orçamento**, no Anexo 3 - Orçamento com a Memória de Cálculo, preenchendo a memória de cálculo na planilha disponibilizada em formato Excel.

Clique no link para acessar o Anexo 3 - Orçamento: <https://bit.ly/3yUr63y>

Atente-se para as orientações:

- O **limite máximo do orçamento** solicitado ao PPP-ECOS é de 150 mil dólares o equivalente a aproximadamente 750 mil reais. A esses limites deve ser acrescida a contrapartida de, no mínimo, 20% do valor solicitado;
- O orçamento é apenas uma proposta da entidade proponente e pode ser feito com base em estimativas;
- Os valores serão avaliados pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) e poderão sofrer ajustes para mais ou para menos;
- O quadro, anexo, representa o modelo de orçamento adotado pelo PPP-ECOS, onde os gastos são apresentados por atividade prevista;
- É fundamental que o orçamento seja coerente com as atividades previstas no Plano de Trabalho;
- É obrigatório que a contrapartida oferecida para o projeto seja identificada;
- Conforme a necessidade, a tabela de orçamento pode ser ajustada, desde que o orçamento apresentado possibilite a compreensão de como os recursos serão utilizados.

Explicações sobre os elementos de despesa da planilha de orçamento (Anexo 3):

- **Pessoal:** é considerada despesa de pessoal a prestação de serviço remunerado continuado, por profissional com dedicação ao projeto (**lembre-se: despesas com pessoal não podem ultrapassar o limite de 40% do valor solicitado ao PPP-ECOS**). Exemplos: técnico de ATER, coordenação do projeto, entre outros;
- **Serviços de terceiros:** prestação de serviço pontual, prestado por pessoa física ou jurídica, para atividades diversas. Exemplo: instrutor para cursos e capacitações; diagramação e/ou impressão de material didático e de comunicação; aluguel de equipamentos; consultorias diversas, manutenção de equipamentos, serviços para o fornecimento de alimentação, dentre outros;
- **Material de consumo:** insumos necessários ao desenvolvimento das atividades, como material de papelaria, gêneros alimentícios, sementes, combustível, insumos para agroindústrias (touca, luva, bota, embalagens, etc), dentre outros;
- **Material permanente ou equipamento:** móveis, equipamentos (computador, impressora, máquina fotográfica, modem), veículos novos, equipamentos para agroindústrias, maquinário para manejo agroecológico dos sistemas de produção, dentre outros;
- **Custos administrativos:** São considerados custos administrativos as despesas com água, luz, aluguel, comunicação, serviços contábeis, taxas bancárias da conta associada ao projeto, despesas com deslocamento local para atividades administrativas, custos cartoriais e despesas com correspondências relacionadas à execução do projeto. Lembre-se de: para pequenos projetos e projetos de consolidação, despesas com **custos administrativos não devem ultrapassar o limite de 15% do valor solicitado ao PPP-ECOS**.

Insira aqui o orçamento preenchido

Cronograma de Atividades

71. Preencha o Anexo 4 - **Cronograma de Atividades** do projeto na tabela a seguir, marcando com X o(s) mês(es) correspondente(s) às atividades

Clique no link para acessar o Anexo 4 - Cronograma de Atividades: <https://bit.ly/38luDra>

Insira aqui o Cronograma de Atividades preenchido

Anexo 1. Plano de Trabalho

Plano de Trabalho				
Objetivos específicos	Atividades para atingir os resultados	Indicadores	Nome dos Responsáveis por cada atividade	Prazos (mês 1,2,3, etc.)
1.	1.1.			
	1.2.			
	1.3.			
2.	2.1.			
	2.2.			



	2.3.			
3.	3.1.			
	3.2.			



Anexo 2. Indicadores do Projeto

	Indicadores	Início (marco inicial)	Final do Projeto
1	Número de comunidades envolvidas nas ações do projeto		
2	Número de famílias beneficiadas diretamente pelo projeto		
3	Quantas homens serão beneficiados com o projeto?	Jovens (até 29 anos)	
		Adultos	
		Idosos (mais de 60 anos)	
4	Quantas mulheres serão beneficiadas com o projeto?	Jovens (até 29 anos)	
		Adultas	
		Idosas (mais de 60 anos)	
5	Número de pessoas que participaram de capacitações promovidas pelo projeto		
6	Número de organizações de base comunitária fortalecidas por meio das ações do projeto		
7	Área nativa conservada e com ações de manejo sustentável apoiadas pelo projeto (ha)		
8	Área de produção agrícola e pecuária com práticas de manejo sustentável implementadas (ha)		
9	Área degradada em processo de recuperação (ha)		
10	Faturamento bruto anual do empreendimento apoiado (R\$)		
11	Número de famílias reportando aumento na renda advindo de pequenos negócios comunitários		
12	Número de pequenos negócios comunitários com melhor acesso a mercados		



13	Número de acordos comunitários ou outros instrumentos adotados e gerando o aprimoramento da gestão territorial (manejo integrado do fogo, mapeamento, PGTA, etc);		
14	Número de publicações/vídeos/materiais didáticos e outros conteúdos produzidos e disseminados pelo projeto		
15	Número de ações de capacitação, formação ou intercâmbios promovidos pelo projeto		
16	Número de novas tecnologias de energia renovável utilizadas		
17	Número de entidades parceiras articuladas no contexto da plataforma de governança com multi-atores		
18	Número de políticas públicas fortalecidas		

Anexo 3. Orçamento do Projeto

Orçamento				
Categorias de despesa*		Solicitado ao PPP-ECOS (R\$) (a)	Contrapartida (b)	Total (R\$) (a+b)
1. Pessoal	1.1 Salários da equipe			
	1.2 Encargos e benefícios			
2. Serviços de Terceiros	2.1 Consultorias			
	2.2 Manutenção de equipamentos			
	2.3 Arte gráfica			
	2.4 Impressão gráfica			
3. Material Permanente ou Equipamento	3.1 Móveis de Escritório			
	3.2 Computador			
	3.3 Máquina fotográfica			
4. Material de Consumo	4.1 Combustível			
	4.2 Sementes e insumos			
	4.3 Aquisição de gêneros alimentícios			
5. Custos Administrativos	5.1 Aluguel			
	5.2 Energia elétrica			
	5.3 Internet/telefone			
	5.4 Custos de manutenção de conta bancária			
TOTAL				

* Os itens de despesa inseridos nessa tabela (salários da equipe, arte gráfica, móveis do escritório, etc) são apenas exemplos de possíveis gastos que podem ser contemplados no orçamento.

• ANEXO B. ESTRATÉGIA DE PAISAGENS DO PROJETO “SÉTIMA FASE OPERACIONAL DO PPP-ECOS NO BRASIL”

1. INTRODUÇÃO

Este documento visa orientar as ações e atividades das instituições parceiras e organizações contratadas para implementar os projetos estratégicos da Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS no Brasil. Durante o GEF 7, o fundo independente para Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais vai trabalhar nos biomas Cerrado e Caatinga, sendo que a maior parte dos recursos será investida em quatro paisagens prioritárias, enquanto cerca de 30% do recurso será investido em projetos fora destas paisagens. As quatro paisagens prioritárias são (um mapa de cada paisagem está disponível no final do documento):

- Alto Rio Poti – Piauí
- Sertão do Pajeú – Pernambuco
- Alto Jequitinhonha - Minas Gerais
- Cerrado do Oeste Baiano – Bahia

A seleção das paisagens foi feita em 2019, com base em quatro critérios definidos pelo Comitê Gestor Nacional do PPP-ECOS, a saber: presença de parceiros locais fortes que possam apoiar a execução dos projetos, capacidade de alavancar contrapartidas (cofinanciamento), condições socioambientais da região e aspectos de logística.

As estratégias de paisagem do projeto PPP-ECOS GEF 7 visam resumir os principais problemas socioambientais das áreas e definir quais ações o projeto irá apoiar e promover no sentido de melhorar a resiliência destas paisagens. A estratégia para cada paisagem prioritária foi abordada e estruturada de acordo com as exigências e orientações do Small Grants Programme (SGP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e construída por meio de metodologias participativas junto a representantes e lideranças das comunidades, organizações de base comunitária e da sociedade civil, além de agentes da educação e de órgãos públicos.

2. METODOLOGIA

Para definir as Estratégias de Paisagem do projeto foram realizadas duas oficinas em cada paisagem, sendo estas: (1) Oficina de Diagnóstico da Paisagem, no final de 2019, para subsidiar a elaboração do projeto, e (2) Oficina de Atualização da Paisagem, entre março e maio de 2022, após a aprovação do projeto. Ambas as oficinas foram conduzidas por meio de metodologias participativas e técnicas de facilitação, com a sistematização das informações necessárias para definir o alcance das atividades e ações do projeto.

O objetivo das Oficinas de Diagnóstico da Paisagem em 2019 foi subsidiar a elaboração do projeto GEF 7, por meio do levantamento de informações sobre os problemas e dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais (incluindo segurança alimentar, acesso à água, qualidade dos solos, desafios relacionados à produção, desigualdade de gênero, acesso à políticas públicas etc.), as ameaças aos ecossistemas e à biodiversidade, a presença de outros projetos em andamento relacionados à temática socioambiental e possibilidades de parcerias com instituições locais e regionais. A partir dessas informações, foram elencados os temas prioritários a serem apoiados pelo projeto e as bases para um entendimento sobre a situação de cada paisagem.

Tendo como referência o que foi identificado em 2019, as Oficinas de Atualização da Paisagem, realizadas em 2022, visaram atualizar os diagnósticos das paisagens, a partir do diálogo com atores locais e o levantamento de novos problemas e soluções socioambientais. As informações colhidas nas oficinas foram compiladas com vistas a compor as ações estratégicas nas paisagens ao longo do projeto.

Além das oficinas, em cada paisagem a equipe técnica do ISPN e consultores visitaram algumas comunidades e seus territórios, realizando reuniões presenciais com membros de associações e instituições parceiras, e buscando um maior entendimento sobre a situação socioambiental destes locais para subsidiar a elaboração do projeto.

3. ESTRATÉGIAS DE PAISAGEM

De acordo com as contribuições das oficinas e visitas realizadas em 2019 e 2022, foram identificados os principais problemas de cada paisagem e os temas prioritários para resolução dos mesmos, além de possíveis ações e atividades a serem trabalhadas pelo projeto e pelas organizações locais e regionais. Baseado nessas informações, a estratégia para cada paisagem é apresentada a seguir.

ALTO RIO POTI – PIAUÍ

A paisagem do Alto Poti é caracterizada pela forte presença da agricultura familiar, com a interligação e trocas entre os espaços cultivados, os quintais e a vegetação natural da Caatinga, onde há a utilização cíclica de áreas para implantação das roças, extração de madeiras para diversos usos (construções, cercas, lenha etc.) e pastoreio de animais, principalmente caprinos. As principais culturas das roças, como milho, feijão, mandioca, jerimum e melancia, são principalmente para o consumo das próprias famílias, com pouca comercialização dos produtos. Pequenos animais como galinhas, capotes, porcos e ovelhas também são componentes importantes do agroecossistema e da renda familiar. O estrume dos animais é insumo para a produção vegetal, principalmente das hortas, que vem sendo ampliadas com a disponibilidade de tecnologias como cisternas para armazenar água no período da seca. Quanto à alimentação dos animais em períodos críticos da seca, há várias experiências exitosas com a preparação de ração a partir de misturas de produtos agrícolas locais com frutos e sementes de plantas da Caatinga.

Avanços consideráveis têm sido feitos em relação à ampliação do uso dessas tecnologias sociais para convivência com o semiárido, porém, programas a esse respeito têm sido descontinuados no atual governo, de forma que a região segue com grande demanda para a implantação de tecnologias para captação, armazenamento e reuso de água.

Em termos de impactos da pandemia, as medidas de distanciamento social e restrições do comércio dificultaram a venda da produção. Inovações como a venda por meio de aplicativos e mídia social ajudaram a superar essas dificuldades, mas mesmo assim, em diversas localidades a falta de acesso à internet, ou a aparelhos como celulares, não permitiu que todos desenvolvessem essas alternativas. Dificuldades na gestão e de funcionamento de algumas políticas públicas como o PAA/PNAE também impactaram a geração de renda.

Em relação ao extrativismo, o principal produto da região é a cera de carnaúba, para qual existe uma cadeia de produção estruturada, mas que poderia ser melhorada. Há uma produção significativa de castanha de caju, porém, a fruta é pouca aproveitada. Há algumas experiências de secar e usar a fruta na alimentação de animais, mas essa prática é pouca difundida. A produção de cajuína é uma possibilidade, mas exige equipamentos e treinamento técnico.

A produção de artesanato tem sido afetada pelo aumento no preço da matéria prima, ao mesmo tempo em que a demanda diminuiu, afetando a contribuição desta atividade na geração de renda, especialmente das mulheres.

Em relação à organização social, foram apontadas diversas questões, desde as divisões políticas (conflitos) dentro dos assentamentos e das comunidades, a desmobilização dos movimentos sociais, a pouca participação das mulheres nas associações e a falta de interesse e envolvimento dos jovens nas atividades produtivas e no modo de vida rural.

Nas oficinas, foram elencados vários temas prioritários e possíveis ações ou iniciativas a serem trabalhados durante o projeto, apresentados a seguir:

Água e biodiversidade

- Promoção de tecnologias de captação de água da chuva e tecnologias sociais de baixo custo;
- Recuperação de nascentes ou outras áreas degradadas, reflorestamento e viveiros de mudas.

Criação de animais

- Aprimoramento do manejo das criações;
- Melhorar ou aumentar a formulação de ração com produtos locais.

Agroextrativismo: produção, beneficiamento e comercialização

- Promoção de sistemas agroecológicos ou agroflorestais;
- Fortalecimento dos quintais produtivos e hortas;
- Beneficiamento e comercialização de frutas e castanhas e de produtos da Caatinga;
- Aprimoramento da meliponicultura e apicultura;
- Melhorar o acesso a compras públicas (PAA, PNAE);
- Retomada e ampliação das feiras.

Artesanato

- Intercâmbios e capacitações;
- Apoio para comercialização.

Mulheres e jovens

- Criação de espaços para mulheres nas associações e de organizações tocadas por mulheres e para mulheres;
- Criação de espaços para jovens participarem mais ativamente nas associações e nos projetos.

Gestão territorial/ incidência política

- Fortalecimento de organizações de base comunitária.

Saúde comunitária

- Plantas medicinais e remédios caseiros.

SERTÃO DO PAJEÚ – PERNAMBUCO

A Paisagem do Sertão do Pajeú localiza-se na porção central do bioma Caatinga, com condições mais extremas de aridez e baixa pluviosidade, com grave escassez de água para os agricultores familiares e suas atividades agrícolas.

A produção agrícola é principalmente para consumo interno, com pouca comercialização de produtos. Os quintais das casas são importantes espaços produtivos, fornecendo frutas, hortaliças, especiarias e plantas medicinais, e são usados para a criação de pequenos animais. O cultivo de hortaliças na estação seca é uma prática que vem se expandindo devido à disseminação de tecnologias como as cisternas para armazenar a água da chuva coletada nos telhados e calçadões, permitindo a irrigação na estação seca. Porém, foi apontada a falta de assistência técnica quanto aos cuidados e manutenção das cisternas.

A criação de pequenos animais como galinhas, capotes, porcos, ovelhas e cabras é um componente fundamental dos agroecossistemas e da renda familiar. A posse de gado é vista como um importante componente de status, mas diferente da criação de caprinos, requer a transformação de áreas de Caatinga em pastagens plantadas, o que pode contribuir à degradação do solo e processos de desertificação. De modo geral, diversas práticas têm sido desenvolvidas e disseminadas para melhorar a produção pecuária e para proporcionar maior resiliência a secas prolongadas, como a fabricação de ração a partir de restos culturais e frutos da Caatinga, e o plantio de bancos de proteína ou forragem que são cortados para alimentar os animais em tempos de escassez. Existem também técnicas de manejo da Caatinga, como desbaste e poda de árvores, que visam aumentar a disponibilidade de forragem para os caprinos.

Vários produtos extrativistas são coletados na Caatinga, sendo um dos mais importantes o fruto do umbu, utilizado para consumo doméstico, mas também processado e congelado. Grupos de mulheres também têm trabalhado com a produção de sabonetes com extratos de cascas medicinais, como a aroeira. O artesanato é feito a partir de fibras de plantas como a bromélia caroá. O mel também é outro produto da Caatinga explorado na região, sendo um importante incentivo para a conservação de áreas de vegetação nativa como pastagem apícola.

A região tem bastante experiência com iniciativas relacionadas à agroecologia, com a atuação de várias instituições e entidades que compõem a Rede de Agroecologia do Pajeú. Essa rede se articula com outras redes como o Fórum de Mulheres de Pernambuco, Articulação do Semiárido (ASA) e comitê de bacias. Bancos de sementes crioulas têm sido apoiadas em algumas comunidades, e o apoio a feiras e a certificação de produtores orgânicos

têm trazido vários avanços. No entanto, o uso de agrotóxicos e cultivos transgênicos na região permanece um desafio, trazendo impactos como a contaminação de corpos d'água e de lavouras orgânicas vizinhas.

Outros impactos ambientais apontados são o desmatamento da Caatinga pelas grandes indústrias e as queimadas que ainda são práticas comuns dos agricultores. A temática ambiental e a valorização do bioma Caatinga é pouco trabalhada nas escolas, e há problemas com lixo urbano e rural.

As iniciativas para empoderamento das mulheres têm sido muito importantes na região. Os fogões agroecológicos têm permitido reduzir a carga de trabalho das mulheres e trazer uma renda adicional. Os quintais produtivos têm contribuído tanto para a segurança alimentar das famílias como a geração de renda, representando espaços de autonomia econômica e política das mulheres. Apesar dos avanços importantes alcançados em relação ao empoderamento das mulheres, com a pandemia aumentou a violência doméstica, com maridos perdendo empregos e passando mais tempo em casa, vivenciando tensões. Continua também, em muitos casos, a sobrecarga do trabalho das mulheres, a dificuldade de participar em cursos fora das comunidades e o menor acesso aos recursos para apoiar a produção familiar.

A pandemia trouxe a redução das vendas diretas em feiras. Isto foi em parte compensado pelas vendas on-line, porém, em diversas localidades a falta de acesso à internet, ou a celulares (que muitas vezes são compartilhados entre membros da família), não permitiu que todos desenvolvessem essas alternativas. Também tem havido uma diminuição de recursos para instituições parceiras dos agricultores, devido à mudança de governo, como também a redução de vendas para o mercado institucional.

Nas oficinas, foram elencados vários temas prioritários e possíveis ações ou iniciativas a serem trabalhados durante o projeto:

Água, biodiversidade e tecnologias de convivência com o semiárido

- Ampliar sistemas de coleta e armazenamento de água da chuva para cultivos;
- Cursos, oficinas e capacitações para adoção de sistemas de reuso da água cinza;
- Ampliar as famílias contempladas pelos fogões agroecológicos;
- Resgatar sementes nativas para a produção de mudas;
- Apoiar iniciativas com energia renovável (solar, biodigestor);
- Ampliar e investir em banheiros ecológicos e sistemas com águas negras;
- Melhorar o monitoramento e qualificação de ações e denúncias a respeito de danos ambientais.

Criação de animais

- Aprimorar manejo sustentável da Caatinga para animais e suporte forrageiro (palma, silagem, banco de porteira);
- Resgatar raças tradicionais, com multiplicação e partilha;
- Beneficiamento de leite e carne.

Produção, beneficiamento e comercialização

- Fortalecer programas de sementes crioulas e ampliar o acesso aos bancos e casas de sementes, com diálogo com o governo estadual para construir uma política pública para o tema;
- Fortalecer a meliponicultura;
- Apoiar quintais para manter produção diversificada;
- Realizar campanha para valorizar os produtos agroecológicos e a importância social da agricultura familiar;

- Dinamizar as feiras agroecológicas, com apoio (meios de transportes) para os agricultores;
- Melhorar o acesso à internet para vendas on-line, como também capacitação e acesso a aparelhos (celulares) para isto;
- Apoiar o beneficiamento e regularização de produtos como polpas, doces, sabonetes e plantas medicinais.

Artesanato

- Apoiar a produção e comercialização.

Mulheres e jovens

- Apoiar processos formativos visando autonomia política, organização produtiva e geração de renda de mulheres da região, para o enfrentamento da violência contra a mulher e garantia da continuidade dos espaços conquistados;
- Capacitar jovens para a conservação da Caatinga, com oficinas de comunicação popular para gerar conteúdo para redes sociais;
- Promover oficinas ministradas por mulheres sobre agrotóxicos;

Organização social

- Preparar organizações de base para fazer a gestão institucional;
- Fortalecer as organizações não-governamentais (territoriais) locais, CMN, Fórum de Mulheres do Pajeú, Diaconia, Rede, ASA;
- Ampliar a troca de experiências e intercâmbios entre as regiões;

ALTO VALE DO JEQUITINHONHA - MINAS GERAIS

A paisagem do Alto Vale do Jequitinhonha faz parte do semiárido mineiro e representa uma região de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga. É caracterizada por uma topografia de planaltos (chapadas) e de vales (grotas), onde se localizam as propriedades agrícolas e povoados. Os planaltos, com solos mais arenosos, já foram cobertos por vegetação de Cerrado intercalada com veredas e córregos, e eram tradicionalmente utilizados pelas comunidades dos vales para o pastoreio extensivo de gado, coleta de frutos do Cerrado e outros produtos, além da caça. A agricultura era realizada nos vales, em locais com solos mais férteis, em encostas mais suaves e fundos de vale.

A transformação da vegetação nativa do Cerrado das chapadas em plantações de eucalipto nas últimas décadas resultou em uma série de impactos sociais e ambientais emaranhados. Além da perda de áreas comuns que eram utilizadas para pastar o gado e a coleta de produtos extrativistas, os plantios de eucalipto trouxeram impactos hidrológicos, pois consomem significativamente mais água do que a vegetação nativa do Cerrado. Além dos efeitos de mudanças climáticas e periodicidade das chuvas, a monocultura de eucalipto vem agravando a escassez de água na região, reduzindo e até secando completamente o volume de água de rios, veredas, nascentes, poços e riachos e afetando o abastecimento de água para as comunidades nos vales.

A escassez de água, secas prolongadas e baixa produtividade agrícola, aliados ao baixo nível de investimentos públicos e privados, infraestrutura e serviços básicos precários, contribuem para agravar a pobreza e o êxodo rural. A falta de disponibilidade de água para as comunidades rurais foi apresentada como a principal ameaça na paisagem do Alto Jequitinhonha em ambas as oficinas, em 2019 e 2022, sendo uma questão crítica para o bem-estar dos agricultores e sua capacidade de manter animais, cultivar vegetais e processar certas culturas.

O cultivo agrícola é realizado em encostas e fundos de vale, onde há solos mais férteis. As principais culturas são milho de sequeiro, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, com algumas hortaliças cultivadas na estação seca com irrigação por água da chuva armazenada. A região tem forte tradição de

beneficiamento artesanal para comercialização local, produzindo queijos, blocos de açúcar mascavo e farinhas de mandioca e milho, geralmente vendidos nas feiras locais em cidades próximas.

Os quintais das casas também são importantes espaços produtivos, fornecendo frutas, legumes e especiarias. O cultivo de hortaliças na estação seca é uma prática que se expandiu devido à disseminação de tecnologias como as cisternas para armazenar a água da chuva coletada nos telhados, permitindo a irrigação na estação seca.

Por meio da Iniciativa Satoyama, a paisagem fez parte do Programa GEF-5 Small Grants desenvolvido no Brasil pelo ISPN de 2015 a 2017, onde foram realizadas diversas ações exitosas em relação à conservação do solo e da água pelas comunidades rurais do município de Veredinha. Entre as ações estão a gestão integrada dos recursos hídricos, práticas de conservação do solo, recuperação de áreas degradadas e uso dos recursos do Cerrado para geração de renda, entre outros temas.

Em termos de novas tecnologias ou inovações a serem testadas como parte da estratégia de paisagem, há biodigestores para produção de gás de cozinha, sistemas sépticos de evapotranspiração e diferentes modelos de cisternas de águas pluviais e a energia solar.

Nas oficinas foram elencados vários temas prioritários e possíveis ações ou iniciativas a serem trabalhadas durante o projeto:

Água e biodiversidade

- Implementação e manutenção de tecnologias de captação e armazenamento de chuva e reabastecimento do lençol freático por meio de pequenas barragens;
- Realizar análise de qualidade da água e resíduos de agrotóxicos no solo;
- Elaborar instrumentos de gestão da água e capacitação.

Criação de animais

- Alternativas para baratear o custo de ração para criação de frango caipira.

Produção, beneficiamento e comercialização

- Apoiar o beneficiamento e comercialização de frutas;
- Apoiar pequenas agroindústrias de mandioca, cana-de-açúcar, entre outros;
- Assistência técnica para orientação quanto à produção e certificação orgânica;
- Oferecer crédito por meio do Fundo Rotativo Solidário;
- Melhorar o transporte para comercialização dos produtos e apoio para participação em feiras e outros mercados;
- Formação das comunidades em agroecologia.

Artesanato

- Identificar barreiros de argila;
- Promover vendas através de plataforma digital.

Mulheres e jovens

- Apoiar a educação no campo e a formação de professores – ciclo formativo de identidade, território, e cultura;

- Criar e/ou fomentar grupo de jovens nas comunidades e promover cursos de capacitação;
- Apoiar financeiramente projetos da juventude;
- Realizar capacitações sobre violência contra mulher, autoestima e geração de renda

Gestão territorial/ incidência política

- Promover a autoafirmação e reconhecimento enquanto população tradicional;
- Promover o entendimento sobre o protagonismo coletivo e união para fortalecer o movimento campesino;
- Fortalecer as associações comunitárias;
- Estabelecer relação propositiva com o poder público, legislativo e executivo, visando a criação de legislação municipal que favoreça as comunidades e a conservação ambiental.

CERRADO DO OESTE BAIANO – BAHIA

A paisagem é composta pela Bacia do Rio Arrojado e as duas bacias vizinhas dos rios Correntina e Formoso, cujas cabeceiras estão no Espigão Mestre, vasto planalto localizado na divisa entre os estados da Bahia e Goiás, com altitudes entre 800 e 900 metros. Essas bacias localizam-se total ou parcialmente nos municípios de Correntina, Jaborandi, Coribe, Cocos e Santa Maria da Vitória e correm para o leste até o encontro com o Rio Corrente, um dos principais rios do Oeste da Bahia e parte da Bacia do Médio São Francisco.

A região faz parte do Bioma Cerrado, com uma estação seca bem definida marcada por pouca ou nenhuma chuva entre os meses de maio e setembro. A combinação das condições climáticas com a vegetação presente torna a paisagem alvo de frequentes incêndios.

Os sistemas agrícolas e de uso da terra tradicionalmente abrangem uma gama de estratégias para produção de alimentos e geração de renda, que se complementam e envolvem a exploração de diferentes zonas ecológicas de acordo com as estações do ano. Há também uma forte relação com os regimes de posse da terra, pois certas atividades são realizadas em áreas de propriedade individual e outras em áreas comuns de uso coletivo, que são as áreas de Cerrado conhecidas como “Fechos de Pasto”, localizadas nos planaltos arenosos e nas cabeceiras dos vales.

A agricultura sazonal é praticada durante a estação chuvosa, com culturas como milho, mandioca e feijão, complementadas pelo cultivo de áreas irrigadas na estação seca. Tradicionalmente, as áreas irrigadas recebem água por meio de um sistema de valas ou canais, que retira água de um trecho mais alto de um córrego ou rio e a transporta por várias propriedades. Uma parte desses canais permanece em uso, mas em vários casos vem sendo substituída por água bombeada diretamente do rio. Em algumas situações, no entanto, por conta da distância do curso d'água, há comunidades sem disponibilidade de água para irrigação. Tecnologias de armazenamento de água da chuva foram trazidas à região por meio de programas de governo, mas ainda são pouco difundidas.

A produção de quintal é uma parte importante do sistema agrícola, seja de hortaliças ou frutas. Pequenos animais - galinhas e porcos - são criados perto das casas e são principalmente para consumo familiar. O gado traz outra dimensão ao sistema e faz parte da identidade cultural dos “geraizeiros”, com o deslocamento sazonal dos rebanhos para os Fechos de Pasto, as áreas de Cerrado de propriedade comunal. Essa prática consiste em manter o gado durante parte do ano que é mais seca no pasto plantado nas propriedades individuais, e com as primeiras chuvas os rebanhos são conduzidos para as áreas comuns e naturais.

A situação da Bacia do Rio Arrojado e entorno ressalta a importância das comunidades tradicionais na manutenção de paisagens que conservam a biodiversidade e prestam serviços ambientais. O uso do território tradicional para pastagem extensiva de gado, caça e coleta de frutos e outros produtos do Cerrado contrasta fortemente com a conversão da vegetação nativa do Cerrado para a agricultura em escala industrial, o que gerou uma série de impactos sociais e ambientais negativos. Além da perda de áreas comuns dos Gerais, as alterações da cobertura do solo e uso da água para irrigação por pivô central trouxeram impactos hidrológicos, com rebaixamento dos lençóis freáticos e do aquífero Urucuia. Com isso, córregos que antes eram perenes até a década de 1980-90 estão secando, junto com nascentes, afetando o abastecimento de água para as comunidades dos vales. Outra preocupação com a transformação de paisagens naturais em monoculturas envolve o potencial de poluição dos rios pelo uso de insumos químicos, afetando também as comunidades.

De maneira geral, as disputas por terras e crescente ocupação pelo agronegócio na região foram levantados pelos participantes das oficinas como os principais problemas, pois geram violência no campo, violação de direitos humanos, limitação de acesso à água e redução de volume dos rios e a contaminação do solo e dos corpos de água. Há uma mobilização das comunidades em um coletivo, com o apoio de organizações parceiras, para combater a grilagem de terras e buscar a regularização fundiária dos territórios, com o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto. Mesmo assim, as comunidades enfrentam resistência por parte de setores poderosos do agronegócio, e comunidades que não tem sua associação tem dificuldade para serem reconhecidas.

Outros temas, tal como o manejo do fogo, embora menos visíveis, também são de grande relevância na região. Embora seja considerado um fator ecológico fundamental no Bioma Cerrado, as atuais iniciativas de Manejo Integrado do Fogo (MIF), que utilizam, entre outras técnicas, queimadas prescritas, podem colidir com as leis estaduais e locais que preveem punições severas para os responsáveis por incêndios. A preocupação com a legislação restritiva foi citada por membros da comunidade como um fator que inibe o aprofundamento do tema, mas mesmo assim é objeto de crescente discussão, pesquisa e experimentação, incluindo o resgate das técnicas tradicionais de manejo do fogo dos fecheiros.

Em relação ao fogo, uma preocupação especial são as áreas de nascentes que foram cercadas nos últimos anos para protegê-las do pisoteio do gado. Enquanto a pastagem do gado reduz o acúmulo de biomassa inflamável em áreas de Cerrado, este não é o caso das nascentes cercadas, onde o capim cresce sem controle e depois seca na estação seca. Se atingidas pelo fogo, essas áreas cercadas serão severamente danificadas, com a morte de árvores e animais, prejudicando os esforços de restauração.

Outra preocupação diz respeito à produção local de alimentos que vem se reduzindo, devido a vários fatores, como a diminuição da fertilidade do solo, erosão e perda de diversidade de culturas e sementes tradicionais, entre outros. O aumento no valor da diária do trabalhador, junto com a redução ou ausência das tradicionais “arriotas” (mutirões) de trabalho coletivo, têm levado ao uso crescente de herbicidas para “limpar” as pastagens. O esterco do gado que pasta nessas áreas não pode ser usado para adubar a maioria das culturas, como hortas e roças, levando os produtores ao uso de fertilizantes químicos. Junto com a perda de sementes tradicionais, o problema do esterco envenenado é sintomático de uma crescente dependência em insumos externos comprados, levando a uma menor resiliência dos sistemas agrícolas, com o enfraquecimento da agricultura familiar e o aumento do consumo de produtos industrializados.

Em termos da organização social, foi apontado que comunidades que não tem associação têm dificuldades para serem reconhecidas como comunidades tradicionais e fazer valer seus direitos. No entanto, as associações existentes têm dificuldades de gerenciar recursos e manter equipes para sua

administração. As associações de fecho (responsáveis pela gestão das áreas coletivas) têm uma participação predominante dos homens, pois a lida com o gado, junto com a manutenção de cercas e aceiros, monitoramento do território e controle do fogo é uma atividade mais masculina. Não respondem, portanto, às necessidades das mulheres em relação ao empoderamento e apoio para suas atividades de geração de renda, como quintais produtivos e criação de pequenos animais. Ao mesmo tempo, não há organizações focadas no extrativismo, de forma que falta articulação e formação para trabalhar com frutos do Cerrado e comercializar os produtos.

Por fim, há uma preocupação com o futuro dos jovens, que saem para trabalhar no corte de cana e lavouras por um salário-mínimo, ou quando formados, têm a influência de escolas que não discutem cultura e realidade regional ou de cursos técnicos enviesados para o agronegócio.

Nas oficinas, foram elencados vários temas prioritários e possíveis ações ou iniciativas a serem trabalhados durante o projeto:

Água e biodiversidade

- Projetos de recuperação de áreas e proteção de nascentes (cercamento);
- Manejo do fogo: resgatar conhecimentos tradicionais, capacitação, ampliar o conhecimento sobre a legislação;
- Semeadura direta de espécies nativas.

Criação de animais

- Diálogos sobre práticas de manejo do gado e suplementos minerais;
- Diálogos sobre impactos do uso de herbicidas nas pastagens.

Produção, beneficiamento e comercialização

- Apoiar tecnologias de produção agroecológica;
- Apoiar o resgate de sementes tradicionais (crioulas);
- Fomentar uma rede de agricultores/as para serviços de assistência técnica;
- Fortalecer atividades extrativistas do Cerrado.

Artesanato

- Oficinas para repassar conhecimento sobre artesanato entre gerações.

Mulheres e jovens

- Apoiar pequenos projetos de alunos;
- Fortalecer a participação das comunidades nas EFAs e fortalecer a atuação das meninas jovens no nível comunitário;
- Apoiar atividades produtivas protagonizadas por mulheres (plantas medicinais, hortaliças, extrativismo e beneficiamento de frutas).

Gestão territorial/ defesa dos territórios/incidência política

- Fortalecer processos organizativos de base comunitária;
- Fortalecer a assessoria jurídica às comunidades identificadas como fundo e fecho de pasto para viabilizar a regularização fundiária;
- Realizar capacitações para preparar associações e comunidades para ampliar o conhecimento sobre seus direitos e acessar e influenciar políticas públicas;
- Criar um conselho para garantir articulação entre projetos;

- Apoiar iniciativas de defesa e monitoramento territorial.

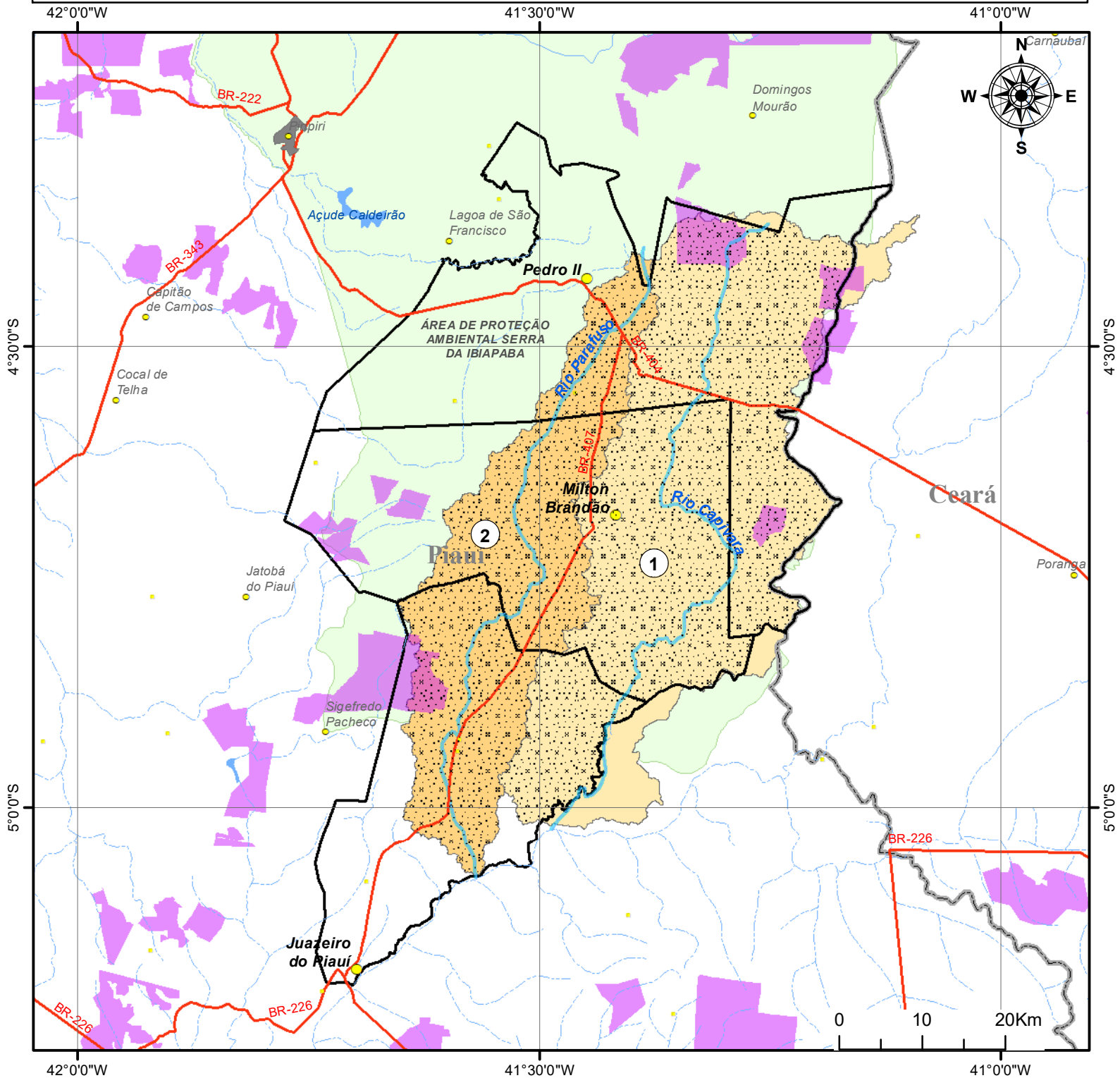
Saúde comunitária

- Apoiar farmácias “vivas” de quintais e conhecimento tradicional do uso das espécies do Cerrado.

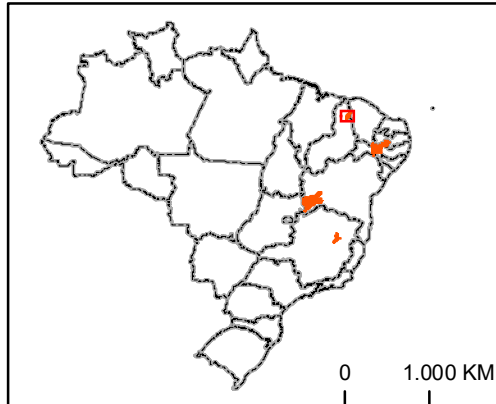
- **ANEXO C. MAPA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DAS PAISAGENS**

Edital PPP-ECOS/GEF7

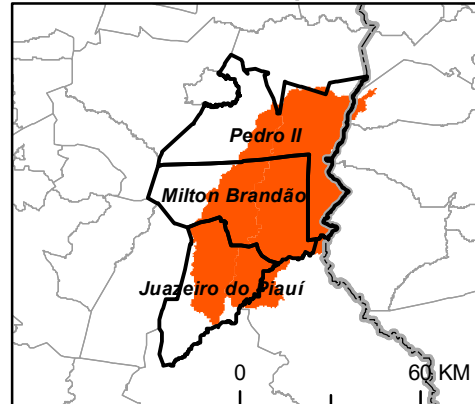
Paisagem do Alto Rio Poti



Localização no Estado



Localização no Município



Legenda

● cidade	Sub-Bacias
● outras_localidades	① Rio Capivara
■ area_edificada	② Rio Parafuso
✈ aeroporto_campo_de_posou	▨ Área de Abrangência
— rodovias	
— massa_dagua_permanente	
— rio_permanente	
▭ municipios	
■ Assentamentos	
Unidades de Conservação	
■ Proteção Integral	
■ Uso Sustentável	
■ Terra Indígena	

FORNE DOS DADOS:
 1 - IBGE- Base Cartográfica Integrada do Brasil ao Milionésimo Digital - bCIMd; 2 - ICMBIO/MMA/FUNAI/INCRA- Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos; 3- ANA -Sub-Bacias Hidrograficas

Sistema de projeção: GCS SIRGAS 2000



PPP-ECOS
 PAISAGENS PRODUTIVAS ECOSOCIAIS

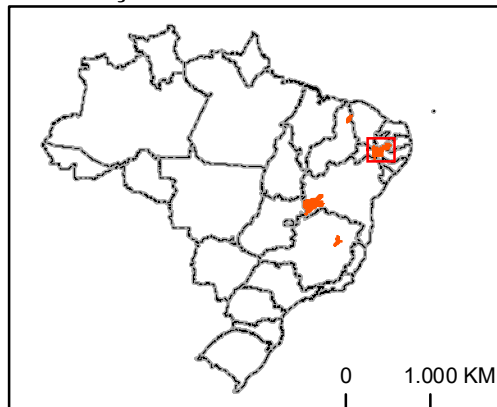


ISPN

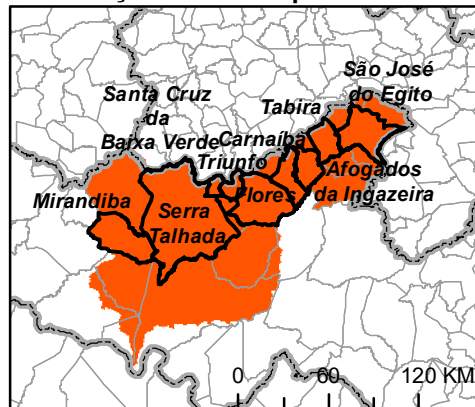
Edital PPP-ECOS/GEF7 Paisagem do Rio Pajeú



Localização no Estado



Localização no Município



Legenda

● cidade	1 Rio Pajeú
■ outras localidades	 Área de Abrangência
 area edificada	✈ aeroporto_campo_de_pouso
— rodovias	— massa_dagua_permanente
— massa_dagua_permanente	— rio_permanente
— rio_permanente	 municípios
 municípios	 Assentamentos
 Assentamentos	 Unidades de Conservação
 Unidades de Conservação	 Proteção Integral
 Proteção Integral	 Uso Sustentável
 Uso Sustentável	 Terra Indigena
 Terra Indigena	

FORNE DOS DADOS:

1 - IBGE - Base Cartográfica Integrada do Brasil ao Milionésimo Digital - bCIMd; 2 - ICMBIO/MMA/FUNAI/INCRA - Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos; 3 - ANA - Sub-Bacias Hidrográficas

Sistema de projeção: GCS SIRGAS 2000



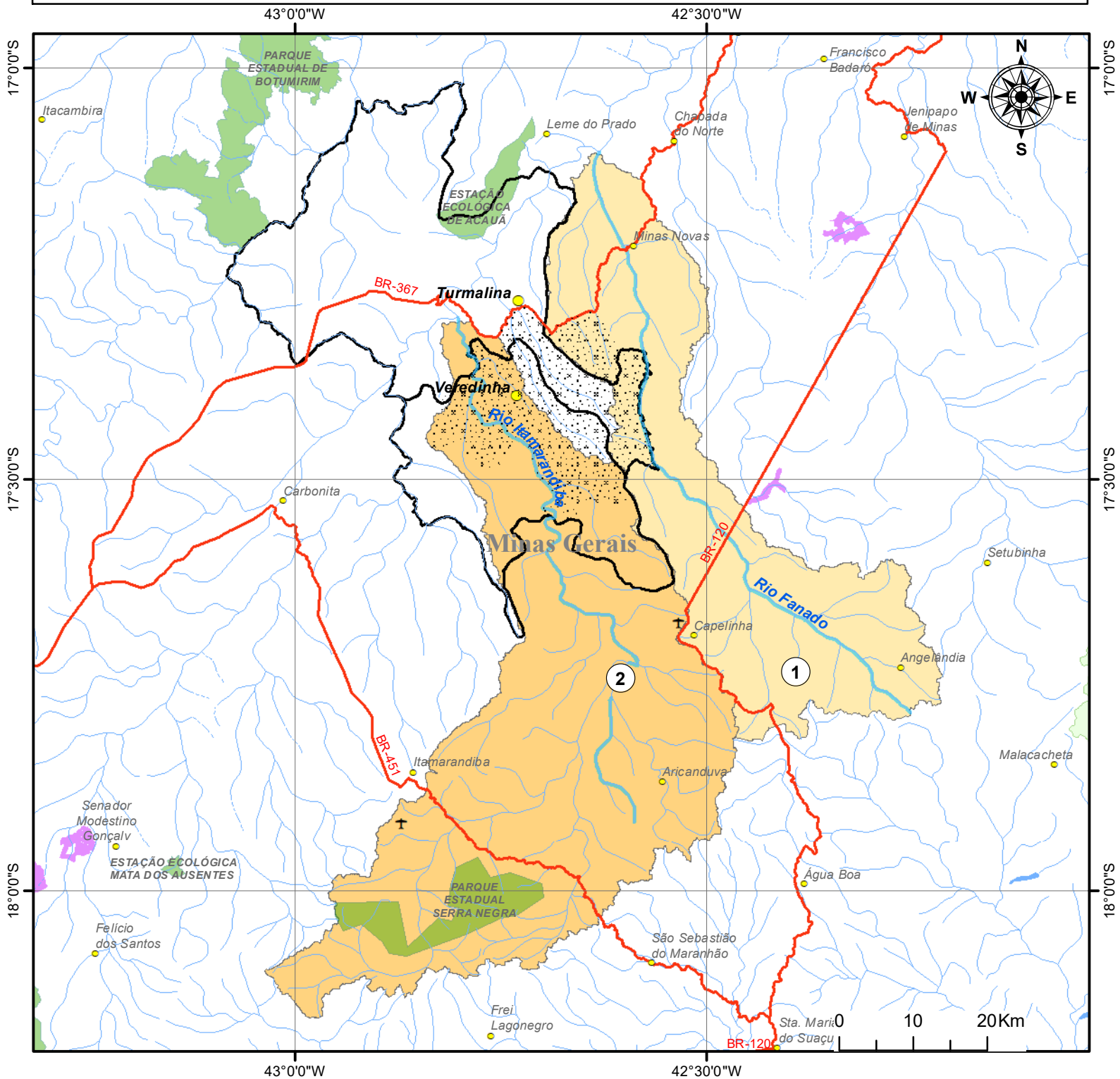
PPP-ECOS
PAISAGENS PRODUTIVAS ECOSOCIAIS



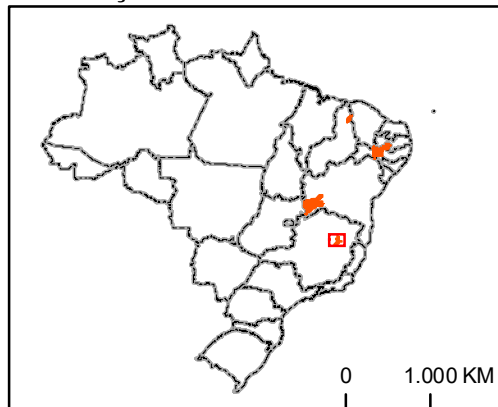
ISPN

Edital PPP-ECOS/GEF7

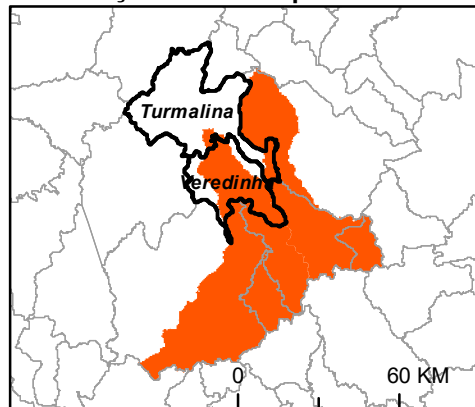
Paisagem do Alto Rio Jequitinhonha



Localização no Estado



Localização no Município



Legenda

● cidade	Sub-Bacias
● outras_localidades	1 Rio Fanado
■ area_edificada	2 Rio Itamarandiba
✈ aeroporto_campo_de_posou	☒ Área de Abrangência
— rodovias	
— massa_dagua_permanente	
— rio_permanente	
▭ municípios	
■ Assentamentos	
Unidades de Conservação	
■ Proteção Integral	
■ Uso Sustentável	
■ Terra Indigena	

FONTE DOS DADOS:

1 - IBGE- Base Cartográfica Integrada do Brasil ao Milionésimo Digital - bCIMd; 2 - ICMBIO/MMA/FUNAI/INCR- Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos; 3- ANA -Sub-Bacias Hidrograficas

Sistema de projeção: GCS SIRGAS 2000



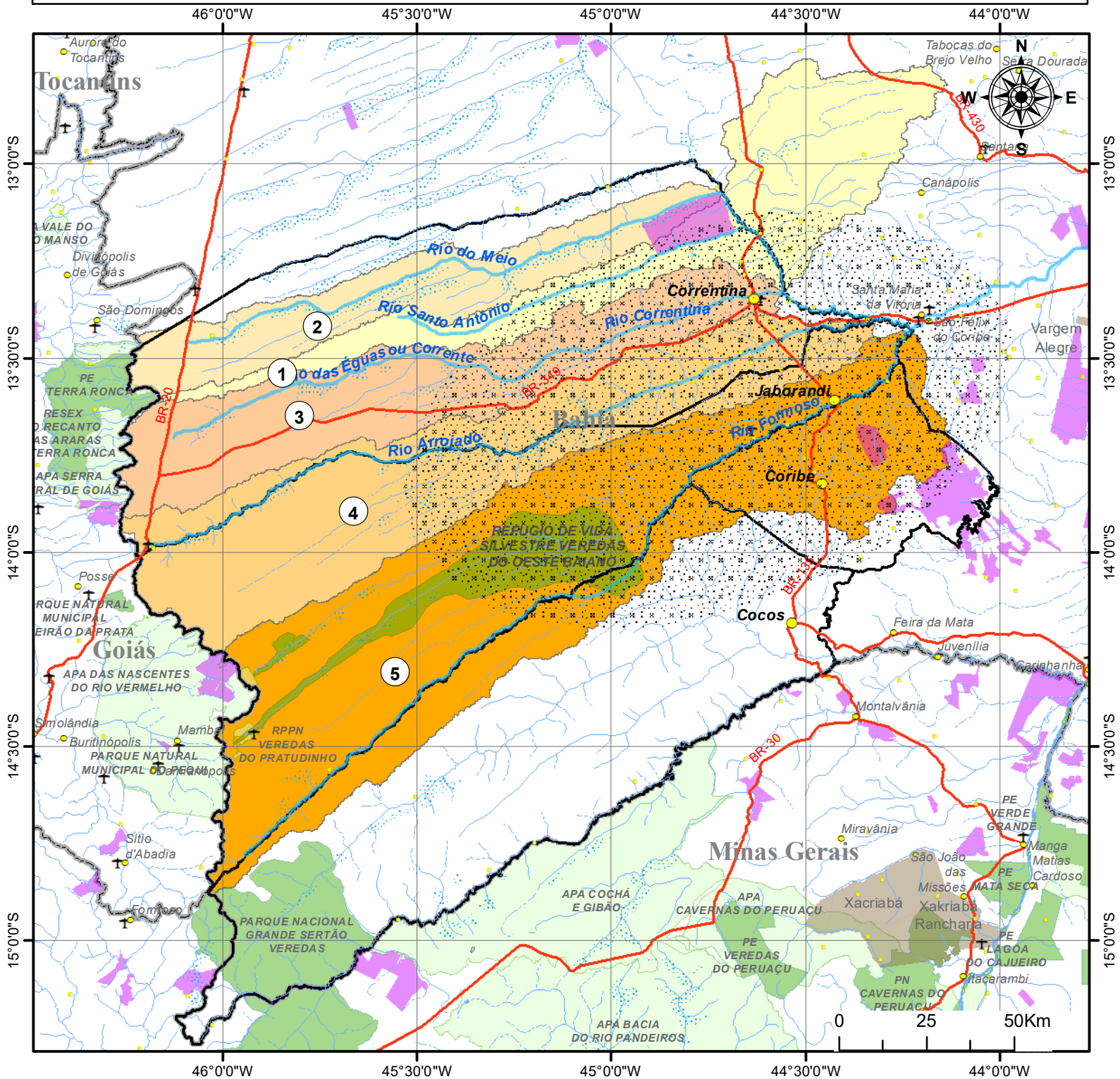
PPP-ECOS
PAISAGENS PRODUTIVAS ECOSOCIAIS



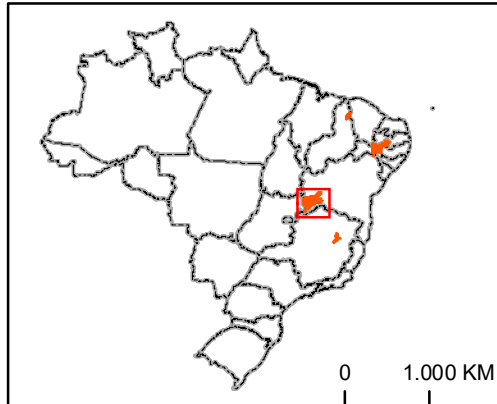
ISPN

Edital PPP-ECOS/GEF7

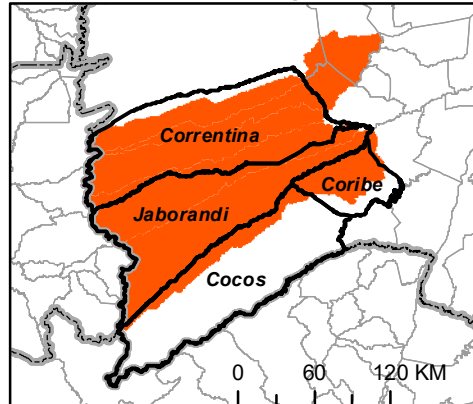
Paisagem do Oeste da Bahia



Localização no Estado



Localização no Município



Legenda

● cidade	● outras_localidades	▬ area_edificada	✈ aeroporto_campo_de_pouso	— rodovias	— massa_dagua_permanente	— rio_permanente	▭ municipios	▭ Assentamentos	Unidades de Conservação
● Sub-Bacias	1 Rio Santo Antônio	2 Rio do Meio	3 Rio Correntina	4 Rio Arrojado	5 Rio Formoso	▭ Área de Abrangência	▭ Proteção Integral	▭ Uso Sustentável	▭ Terra Indígena

FORNTE DOS DADOS:
 1- IBGE- Base Cartográfica Integrada do Brasil ao Milionésimo Digital - bCIMd; 2- ICMBIO/MMA/FUNAI/INCRA- Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos; 3- ANA -Sub-Bacias Hidrograficas

Sistema de projeção: GCS SIRGAS 2000



PPP-ECOS
PAISAGENS PRODUTIVAS ECOSOCIAIS



ISPN